

A União Europeia frente aos velhos e novos nacionalismos

Tiago Nogueira Galinari¹

Resumo: Este artigo discute o processo de unificação europeia frente aos nacionalismos presentes em muitos Estados membros da União Europeia. Além de um breve histórico do processo de construção deste megabloco, foi realizado um balanço acerca dos impactos da União Europeia nos diferentes tipos de movimentos nacionalistas e, da mesma maneira, as consequências do crescente nacionalismo de Estado na continuidade do processo de unificação europeia. Embora seja impossível prever qual será o futuro da União Europeia, podemos afirmar que ele depende do (in)sucesso dos movimentos nacionalistas. **Palavras-chave:** União Europeia; nacionalismo; separatismo.

La unión europea frente a los viejos y nuevos nacionalismos

Resumen: Este artículo discute el proceso de unificación europea frente a los nacionalismos presentes en muchos Estados miembros de la Unión Europea. Además de un breve historial del proceso de construcción de este bloco, se realizó un balance de los impactos de la Unión Europea en los diferentes tipos de movimientos nacionalistas y las consecuencias del crecimiento del nacionalismo de Estado en la continuidad del proceso de unificación europea. Aunque es imposible predecir cuál será el futuro de la Unión Europea, podemos afirmar que depende del éxito de los movimientos nacionalistas.

Palabras clave: Unión Europea; nacionalismo; separatismo.

The European union faces the old and new nationalisms

Abstract: This article discuss the process of European unification in face of the nationalisms present in many European Union Member States. In addition to a brief history of European Union construction process, it was performed an analysis about the European Union impact on different types of nationalists movements and the consequences of the raising State nationalism in the continuity of the European unification process. While it is impossible to predict what the future of the European Union will be, we can say that it depends on the nationalists movements success. **Keywords:** European Union; nationalism; separatism.

Introdução

O processo de unificação europeia é influenciado e redefinido pelas diferentes formas de nacionalismos presentes em muitos Estados membros da União Europeia. O (in)sucesso deste grande empreendimento geopolítico, certamente, afeta(rá) todo o mundo. Neste sentido, compreender as dinâmicas pelas quais este megabloco vem passando é fundamental para uma análise da atual Ordem Mundial.

¹ Doutor em Geografia (UFF); Professor do Departamento de Geografia do Colégio Pedro II. tiagogalinari@yahoo.com.br

O objetivo deste texto é analisar como o fortalecimento da União Europeia vem impactando os diferentes nacionalismos presentes no continente europeu e, reciprocamente, como o fortalecimento dos nacionalismos neste continente está redefinindo a União Europeia. Para tanto, recorreremos a uma análise histórica e, além da bibliografia levantada, bem como utilizamos dados que foram largamente veiculadas pela imprensa internacional.

Para tanto, o texto está estruturado da seguinte forma: na primeira parte reconstituímos a evolução institucional e a expansão geográfica da União Europeia; na segunda parte descrevemos o impacto desse fortalecimento da União Europeia nos nacionalismos do continente; e finalmente, na terceira parte, fazemos o caminho inverso, avaliando o impacto do fortalecimento desses nacionalismos na evolução da União Europeia.

O processo de unificação europeia

As investidas para a unificação do continente europeu remontam à Antiguidade. Do expansionismo do Império Romano, passando pela França napoleônica, até o IIIº Reich, diferentes potências europeias, a partir de distintas perspectivas, tentaram, sem sucesso, conquistar o conjunto do continente. Entretanto, a unificação do continente (sobretudo de sua porção ocidental), não veio através da conquista ou imposição de uma nação sobre as demais, mas, a partir de acordos diplomáticos consensuados.

Curiosamente, o processo de unificação da Europa se tornou uma maneira de frear os ímpetos imperialistas que, no passado, lançaram alguns Estados europeus à conquista do continente. A construção de tal unificação foi (re)iniciada no após IIª Guerra Mundial, a partir de pactos supranacionais firmados entre alguns Estados europeus. Enquanto a devastação oriunda das disputas imperialistas reforçou o antinacionalismo econômico, as preocupações no que tangiam a manutenção da independência da Europa ocidental em relação às forças hegemônicas que se afirmavam no contexto da bipolaridade (EUA e URSS) obrigaram diferentes setores e nações europeias a defenderem a unificação do continente.

Com o passar dos anos, tratados com distintos recortes temáticos (financeiro, comercial, técnico etc.) e arranjos escalares surgiram e ganharam importância. O Benelux, criado em 1944, se destaca entre os tratados pioneiros de unificação

gradual e setorial entre os países europeus. Ainda em tempos de guerra, este acordo reuniu Bélgica, Holanda e Luxemburgo em um esforço para recuperar suas economias. Em 1950, França, Alemanha Ocidental e Itália se juntaram aos três países fundadores do Benelux para instituir a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e, em 1957, através do tratado de Roma, os seis países ratificam a criação do Mercado Comum Europeu (MCE). Mais tarde estes acordos se fundiram, agregando ainda o tratado da Comunidade Europeia de Energia Atômica (EURATOM), e dando origem à Comunidade Econômica Europeia (CEE). Os esforços franco-germânicos na construção de uma Europa unida demonstravam que esta era uma causa que extrapolava os interesses meramente econômicos (BARBOSA, 2013).

Os britânicos, que haviam se recusado a participar da CECA e da CEE, responderam a estas iniciativas liderando a criação da Associação Europeia de Livre Comércio (AELC), em 1960. A criação desta agremiação, composta pelo Reino Unido, Dinamarca, Noruega, Suécia, Áustria e Portugal, foi uma clara tentativa dos britânicos de retomar a liderança regional (BARBOSA, 2013). Entretanto, esta organização não logrou êxito e, em 1973, o Reino Unido “se rendeu” à unificação e aderiu à CEE. Neste mesmo ano, também ingressaram a Dinamarca e a Irlanda. Em 1981, foi a vez da Grécia e, em 1986, de Portugal e Espanha. Com isso, antes do término da Guerra Fria, o alcance do bloco já havia se tornado continental.

O tratado de Maastricht, assinado em 1992, oficializou a criação da União Europeia e garantiu aos países membros um nível de integração jamais visto. A partir de então foram fixadas as bases para a unificação do sistema monetário europeu e, dez anos mais tarde, o euro já circulava em alguns países. Concomitantemente ao aumento da integração, outros Estados aderiram ao megabloco a partir da década de 1990. O fim da Guerra Fria e a queda dos regimes socialistas fizeram com que o crescimento do bloco se direcionasse para o leste do continente. Com a entrada da Croácia, em 2013, a União Europeia passou a contabilizar 28 membros.² Atualmente, o euro é a moeda oficial de dezenove destes

² O Reino Unido permanece incluído entre os países membros, já que a sua saída ainda não foi concretizada. Conforme o projeto de lei aprovado no parlamento britânico em janeiro de 2018, a sua retirada oficial do bloco deverá acontecer no dia 29 de março de 2019.

países. E em que pese a iminente saída da Inglaterra, alguns países aguardam na fila para entrarem no bloco³.

De acordo com Ribeiro Filho (2003), a União Europeia combina características de uma federação e de uma confederação. Segundo o autor, enquanto o conjunto de direitos assegurados aos cidadãos europeus, a constante transferência de competências dos Estados membros para a União Europeia, a atuação do tribunal de justiça europeu, a sujeição do cidadão europeu ao direito comunitário e a moeda única sugerem uma federação; por sua vez a inexistência de uma constituição, a ausência de forças armadas comum ao bloco, a permanência do direito de secessão, além da manutenção da soberania nacional indicam que esta agremiação não passa de uma confederação⁴.

A transformação da União Europeia numa federação a transformaria num único grande Estado. Caso a constituição europeia, esboçada em 2004, tivesse sido ratificada pelos países membros, mais um importante passo teria sido dado rumo à conversão definitiva dos Estados membros à condição de estados federados. Entretanto, o fracasso na tentativa de estabelecer tal constituição – além de outros obstáculos, como o desinteresse de alguns países em aderirem ao euro – demonstra que o processo de unificação europeia não é linear e pode encontrar muitas dificuldades.

De todo modo, a integração política, econômica e cultural do continente tem contribuído para reforçar a identidade europeia. Sobre este assunto, Ribeiro (2004) lembrou da preocupação de parte dos líderes europeus em (re)construir uma história e memória europeia. No entanto, transferir os sentimentos de pertencimento e lealdade nacionais para uma suposta nação europeia é uma tarefa hercúlea, pra não

³ Entre estes países, merece destaque a Turquia, que possui apenas 3% de seu território situado no continente europeu.

⁴ A primeira grande diferença entre ambas as organizações consiste no fato de que uma confederação não é um Estado, mas um conjunto de Estados. Sendo assim, os Estados que compõem uma confederação gozam de soberania e do direito de abandoná-la, enquanto que os entes federativos apenas usufruem de autonomia e de modo algum podem se retirar da federação (proibição de secessão). Além disso, o governo da confederação está subordinado aos governos dos Estados, na medida em que ele não pode intervir sobre o povo e o território dos Estados membros sem o consentimento do mesmo, ao contrário do que ocorre nos Estados federais. Por último, vale destacar que não é o direito constitucional que estabelece as regras de funcionamento da confederação, ou seja, não há uma constituição unindo os Estados. O direito internacional, ou melhor, o transnacional é o que regula as relações entre os Estados membros (DALLARI, 1986; BLANCO VALDÉS, 2012).

dizer impossível. Ainda assim, é notável como “*a integração europeia tem contribuído para amaciar os nacionalismos*” (RIBEIRO, 2004, p.94).

Eis uma questão extremamente complexa que envolve a unificação europeia. Ao mesmo tempo em que alguns movimentos nacionalistas, incluindo os de natureza separatista, se enfraqueceram em razão do reforço à identidade europeia; a possibilidade de rebaixamento dos Estados membros à condição de estados federados (e a conseqüente perda de soberania) tem causado um verdadeiro pavor entre as alas nacionalistas mais exaltadas, reforçando alguns movimentos nacionalistas e emperrando a unificação europeia.

O fortalecimento da União Europeia e seu impacto nos nacionalismos

O Estado moderno – organização soberana que detém a autoridade para regular as relações sociais dentro dos limites de suas fronteiras – é, por excelência, territorial. Apesar da diversidade regional e étnica presente numa considerável parcela dos Estados, o mesmo é comumente chamado de Estado-nação.

Se a nação costumeiramente é entendida como uma comunidade que partilha de uma mesma cultura, com uma identidade e história comum, chamar o Estado de nação é dizer que todos que habitam o seu território fazem parte de uma mesma comunidade étnica, partilhando de um sentimento de pertencimento comum. Contudo, os territórios dos Estados, muitas vezes, abrigam diferentes grupos étnicos. Na maioria das vezes, estes grupos já viviam nestes territórios antes da instalação do Estado, ou seja, foi sobreposto (e imposto) ao território onde esses grupos étnicos viviam um outro território, considerado legítimo e soberano. Em decorrência disto, é comum que fronteiras estatais separem comunidades étnicas em diferentes Estados ou agrupe comunidades étnicas distintas num mesmo Estado.

Para Hobsbawm (2010), o nacionalismo costuma preceder a criação das nações. No entanto, a tentativa de “criar” uma nação por um Estado tem como resultado a supressão dos regionalismos e dos grupos étnicos minoritários, e/ou com pouca expressão política, militar, econômica etc. Supostos laços nacionais costumam esconder clivagens étnicas e territoriais existentes no interior dos Estados. Em detrimento disto, anseios por autodeterminação tendem a ganhar força quando a identidade de uma comunidade étnica que vive numa dada região dentro

dos limites do Estado é maior que o sentimento de pertencimento ao próprio Estado. A Europa tem sido palco de vários movimentos de autodeterminação nacional.

Conforme lembrado por Guimarães (2008, p.145), os movimentos nacionalistas, de uma maneira geral, *“têm como seu principal objetivo o estabelecimento de um Estado ou a modificação das políticas do Estado para defender ou privilegiar interesses dos que integram certo movimento”*. Em outras palavras, o nacionalismo pode se manifestar de duas formas distintas: através do separatismo, ou seja, quando grupos tentam exercer o princípio de autodeterminação e estabelecer um Estado independente; ou através de políticas que supostamente defenderiam o Estado-nação de ameaças estrangeiras, a partir do princípio de que os habitantes do território nacional compartilham os mesmos valores e que os mesmos precisam ser preservados. Fernández (1988) chamou o primeiro tipo de “nacionalismo sem Estado” e o segundo tipo de “nacionalismo estatal”.

Entretanto, a assimilação de identidades nacionais não é excludente, já que podem ocorrer, simultaneamente, assimilações de nacionalidades regionais e estatais (FERNÁNDEZ, 1988). Este “nacionalismo dual” ocorre quando o sentimento de pertencimento a uma comunidade étnico-regional não impede que os cidadãos também se sintam igualmente pertencentes ao Estado no qual a sua comunidade integra. Por outro lado, quando a identidade étnico-regional nega a identidade nacional imposta pelo Estado, o nacionalismo separatista tende a ganhar força. No caso europeu, somam-se aos nacionalismos duais o supranacionalismo pan-europeu, que vem se fortalecendo na esteira da unificação europeia. Em outras palavras, *“os indivíduos podem sentir-se envolvidos em pertenças múltiplas: ser-se português e europeu; basco, espanhol e europeu; sami, finlandês e europeu”* (RIBEIRO, 2004, p.91).

Este sentimento de pertencimento à Europa tem ajudado a frear alguns movimentos nacionalistas. A diminuição das rivalidades e hostilidades entre os Estados membros da União Europeia e a percepção de que o conjunto dos países deste megabloco são parceiros, frente à competição globalizada, ajuda a enfraquecer os nacionalismos estatais. Da mesma maneira, o receio de que a autodeterminação produziria um Estado que automaticamente estaria excluído da União Europeia tem contribuído para a diminuição dos nacionalismos sem Estado,

ou seja, de nacionalismos separatistas. Sobre este último, Martín (2013) apontou uma série de obstáculos que um novo país, cujo território foi desmembrado de um Estado membro, permaneça integrado à União Europeia.

De acordo com a autora, seriam necessárias várias revisões ao tratado, num processo tão rígido e demorado como o de adesão de um novo membro, sendo preciso que os demais Estados, incluindo o que perdeu parte de seu território, concordem unanimemente pela permanência do novo país independente. Em razão disso, muitas ameaças têm sido feitas para frear os movimentos separatistas, a fim de convencê-los de que uma eventual emancipação político-territorial impossibilitará que o novo país permaneça na União Europeia. Tais ameaças são realizadas, evidentemente, por aqueles que são contrários aos separatismos, seja uma parte expressiva da mídia ou os próprios governos dos países que receiam sofrer uma fragmentação territorial.

Em 2014, muitas pessoas ficaram estarecidas com a quase independência da Escócia. Se este território – integrante do Reino Unido – tivesse se emancipado, provavelmente ele também se retiraria da União Europeia ou, pelo menos, amargaria alguns anos para se (re)integrar ao bloco. Certamente, o desejo pela permanência na União Europeia influenciou significativamente para que muitos escoceses votassem contra a separação (55,3% foram contrários e 44,7% foram favoráveis) no referendo legal ocorrido em 18 de setembro daquele ano.⁵

Além da Escócia, outras regiões dentro da União Europeia possuem movimentos de autodeterminação bastante conhecidos. Alguns deles possuem pouca expressão política, pelo menos quando comparados ao escocês, e outros têm causado grande preocupação em todo o continente europeu. Para citar alguns exemplos, lembremo-nos do Tirol do Sul, de Veneto e da Lombardia, regiões no norte da Itália; da Baviera, estado federado alemão; do Flandres, região político-administrativa da Bélgica; de Córsega, ilha francesa no mediterrâneo; da Irlanda do Norte, no Reino Unido; e do País Basco e da Catalunha, regiões autônomas espanholas. A contínua integração europeia mediada pelo megabloco enfraqueceu a maioria destes movimentos. Entretanto, alterações nos contextos políticos e

⁵ "Escócia rejeita em plebiscito separação do Reino Unido". **BBC Brasil**. Publicado em 19 de setembro de 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140912_escocia_plebiscito_hb>. Último acesso: 23 jun. 2018.

econômicos em diferentes escalas têm produzido mudanças significativas (e podem produzir ainda mais) em alguns destes movimentos, incluindo no escocês.

Contudo, nem sempre a retórica de que a independência acarretará numa saída sem volta à União Europeia é o suficiente para abafar os movimentos separatistas. Este é o caso da Catalunha, uma das regiões mais ricas da Espanha. A identidade étnica e territorial fortemente presente nos catalães ampara o histórico desejo por autodeterminação. Aliado a isso, a grave crise econômica espanhola tem reforçado o sentimento dos catalães de não pertencimento à nação espanhola, sobretudo por se sentirem prejudicados tributariamente. Com isso, apesar das lideranças separatistas, em sua maioria, serem favoráveis à permanência da Catalunha na União Europeia, as ameaças do governo espanhol – de que vetaria o “retorno” da Catalunha à União Europeia –, aparentemente, não surtiram efeito. Ao que parece, ao contrário do que ocorre em outras regiões no continente, os separatistas catalães estão convencidos de que é possível retornar ao megabloco depois da independência.

O nacionalismo separatista catalão cresceu substancialmente a partir da crise iniciada em 2008/2009 que aprofundou a crise na Espanha. No final de 2014, houve uma consulta popular – não autorizada por Madri e, por este motivo, não oficial – e a maioria dos catalães que votaram (mais de 80%) se manifestaram favoráveis à separação.⁶ A partir de então, os líderes separatistas anunciaram que a Catalunha havia ganhado o direito de realizar um plebiscito formal, mesmo com o governo de Madri afirmando categoricamente que tal ação seria ilegal. Em 2016, o então presidente da Catalunha, Carles Puigdemont, deu urgência à pauta separatista. A despeito das proibições anunciadas pelo governo central da Espanha, as autoridades regionais convocaram um plebiscito e o mesmo foi realizado no dia 1º de outubro de 2017. O governo espanhol tentou utilizar em vão as forças de segurança espanhola para impedir a votação, que aconteceu, apesar dos tumultos e das prisões. Segundo as autoridades regionais, 90% dos 2,26 milhões de catalães⁷ que

⁶ "80% votam por independência em consulta informal na Catalunha". **BBC Brasil**. Publicado em 10 de novembro de 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141110_catalunha_votacao_hb>. Último acesso: 23 jun. 2018.

⁷ Este número equivale a, aproximadamente, 42% dos eleitores cadastrados na região.

foram às urnas votaram a favor da independência.⁸ Os dias seguintes ao referendo ficaram marcados por grandes manifestações, em todo o país, a favor e contra a independência da Catalunha.

Segundo o governo espanhol, o separatismo viola o princípio de indivisibilidade expresso na Constituição de 1978, sendo, por este motivo, ilegal. A partir desta alegação, no dia 16 de outubro o governo espanhol prendeu algumas lideranças separatistas. Tal atitude provocou mais tensões e, de novo, mais manifestantes tomaram as ruas de Barcelona, capital da Catalunha. No dia 27 de outubro, o parlamento catalão aprovou – com 70 votos favoráveis, 10 contrários e o boicote dos parlamentares opositores à separação – a independência da Catalunha. Em resposta, o governo espanhol, amparado pelo senado nacional, suspendeu a autonomia da Catalunha, destituiu o seu presidente do cargo (que se exilou na Bélgica), dissolveu o parlamento catalão e convocou novas eleições regionais. Contudo, para a preocupação do governo espanhol, a maioria dos parlamentares eleitos – 70 do total de 135 – nas eleições do dia 21 de dezembro pertencia a partidos independentistas. Como podemos perceber, a questão catalã parece muito distante de ser definitivamente resolvida.

Um ponto que merece destaque evidenciado pelo caso catalão é a solidariedade existente entre os governos dos países da União Europeia: se posicionando favoráveis à integridade territorial de seus parceiros de bloco. Nas semanas seguintes ao referendo catalão, alguns chefes de Estado – com destaque para o francês e britânico – declararam que não reconheceriam a independência da Catalunha. Vale mencionar que estes países também enfrentam (em diferentes intensidades) movimentos separatistas no interior de seus territórios. Sendo assim, mais do que cumprir protocolos e respeitar tratados, estes países temem que o sucesso de um movimento separatista (tido como ilegal) crie um precedente que possa influenciar os movimentos separatistas presentes em seus territórios.

O fortalecimento dos nacionalismos e seu impacto na União Europeia

Conforme já foi comentado, a unificação europeia vem causando um verdadeiro pavor entre as alas nacionalistas mais exaltadas dos países membros.

⁸ "Com 90% dos votos, independência vence plebiscito na Catalunha". **Folha de S. Paulo**. Publicado em 01 de outubro de 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/10/1923416-com-90-dos-votos-independencia-vence-plebiscito-na-catalunha.shtml>>. Último acesso: 23 jun. 2018.

Uma parcela considerável dos políticos e demais lideranças das potências europeias parece se sentir cada vez mais à vontade para exigir que seus países retomem posições geopolíticas unilaterais, uma vez que as ameaças da Guerra Fria já foram superadas.

Além disso, a crise de 2008 despertou em alguns políticos, intelectuais e em parte da população de países europeus o sentimento de vulnerabilidade frente à globalização econômica. Com isso, o nacionalismo econômico e a conseguinte defesa de práticas protecionistas vêm ganhando destaque em certos países. Evidentemente, tais práticas são inviáveis no interior de um bloco econômico que oferece tamanha integração.

O conservadorismo abertamente contrário à imigração também tem provocado um desconforto generalizado na União Europeia, tendo em vista que uma das características do bloco é justamente a livre circulação de pessoas entre os países membros. O preocupante aumento da xenofobia reforça a tendência de que a permanência no bloco se torne intolerável para uma parcela cada vez maior da população de diferentes países europeus.

De fato, integrar a União Europeia implica em perda relativa de liberdade para a condução de determinadas políticas. Por isso, os mais exaltados têm interpretado a permanência no bloco como um revés à soberania nacional. Vale lembrar que o conceito de soberania exprime o poder supremo do Estado, o qual, no âmbito interno, não reconhece outro poder que dele não derive, e no âmbito externo não reconhece qualquer poder superior. Em outras palavras, o Estado soberano só é considerado como tal quando apresenta “*supremacia interna e independência e igualdade externas*” (AMARAL, 2002, p.50). E é justamente a suposta perda de soberania dos Estados – combinada ao atual contexto econômico e geopolítico global – que tem contribuído para o fortalecimento do nacionalismo de Estado dentro da União Europeia.

O Reino Unido, que nunca aderiu ao euro e que em alguns momentos se mostrou indiferente à unificação europeia, pode estar abrindo um gigantesco precedente com a sua saída, já em curso (e, aparentemente, incontornável). Alguns políticos britânicos já vinham sinalizando que a melhor maneira de superar a recessão vivida pelo país desde a crise mundial de 2008 era, justamente, a sua retirada do bloco. Depois de muita polêmica, os desacordos referentes às cotas de

refugiados propostas pela União Europeia fizeram com que aumentasse a rejeição britânica ao bloco. Com isso, o governo do Reino Unido convocou um referendo, permitindo à população decidir sobre o futuro do país no bloco europeu. Com uma vitória apertada, o BREXIT⁹ triunfou no referendo ocorrido em 23 de junho de 2016. Aproximadamente 52% dos eleitores que compareceram às urnas decidiram pela saída do Reino Unido da União Europeia.¹⁰ Apesar da maioria dos parlamentares britânicos terem se declarado contrária à saída durante a campanha pré-referendo, no dia primeiro de fevereiro de 2017 o parlamento britânico ratificou a decisão do referendo, aprovando a saída do Reino Unido do megabloco. Vale ressaltar que o Partido Nacional da Escócia – que possui um expressivo apoio da população escocesa – figurou entre os principais grupos contrários a esta aprovação pelo parlamento.

Deste modo, a saída do Reino Unido da União Europeia tende a realimentar o movimento separatista escocês, já que a permanência no Reino Unido passou a significar a saída escocesa da União Europeia. É importante lembrar que mais de 62% dos escoceses votaram pela permanência do Reino Unido no bloco.¹¹ Se, em 2014, a saída escocesa do Reino Unido significava a sua retirada da União Europeia, depois do BREXIT as coisas se inverteram, ou seja, para a Escócia permanecer na União Europeia é preciso que ela se retire do Reino Unido. Curiosamente, para permanecer e/ou retornar ao bloco, a Escócia precisará se tornar independente do Reino Unido. Não por acaso, políticos e demais lideranças escocesas já estão se movimentando para a organização de um novo referendo, que só deve acontecer depois de concretizada a saída britânica do bloco europeu. Além da desejosa soberania, agora há mais um bom motivo para que os escoceses queiram a independência.

Assim como os escoceses, a maioria dos norte-irlandeses também votou pela permanência do Reino Unido na União Europeia. Por este mesmo motivo, a saída

⁹ Acrônimo de Britain Exit. Significa “saída britânica”, na tradução para o português.

¹⁰ "Brexit vence e Reino Unido deixará a União Europeia". **El País**. Publicado em 24 de junho de 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/24/internacional/1466741749_403437.html>. Último acesso: 23 jun. 2018.

¹¹ "Brexit: quem votou a favor ou contra a saída britânica da UE". **Exame**. Publicado em 24 de junho de 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/brexit-quem-votou-a-favor-e-contra-a-saida-britanica-da-ue/>>. Último acesso: 23 jun. 2018.

britânica também pode reanimar o separatismo na Irlanda do Norte, que possui uma parcela expressiva de sua população que ainda deseja a anexação deste território à República da Irlanda, que, inclusive, faz parte da União Europeia.

Desacordos entre as autoridades de alguns países membros também têm colocado em xeque a manutenção desta integração. Na Grécia, que foi duramente afetada pela crise de 2008, muitas discussões foram realizadas acerca da viabilidade da continuidade do país na União Europeia. As exigências do megabloco quanto aos ajustes fiscais e a relutância do governo grego em promover tais mudanças – sob a alegação de que tais exigências afrontariam a sua soberania – quase causou uma cisão entre o país e o bloco. Houve muitas expectativas sobre uma eventual saída grega da União Europeia, ou, pelo menos, da Zona do Euro. Estas possibilidades dividiram (e ainda dividem) opiniões, dentro e fora do país.

O crescimento do ultranacionalismo em alguns países europeus também vem acompanhado de movimentos de saída do megabloco. A visão de que os imigrantes são uma ameaça às tradições e à segurança nacional tem feito com que discursos e ideias extremamente conservadoras ganhem adeptos em toda a Europa. Muitos políticos em ascensão no continente vêm sinalizando que querem seguir o exemplo britânico. Na medida em que estes políticos alcançam mais destaque e/ou postos mais importantes à frente dos governos de seus Estados, iniciativas de saída do bloco podem ser postas em prática. Na França, por exemplo, o partido de extrema-direita Frente Nacional vem se fortalecendo a partir de um discurso que mistura xenofobia, protecionismo e rejeição à União Europeia. A principal liderança da Frente Nacional, Marine Le Pen, ficou em segundo lugar na eleição presidencial francesa de 2017. Ela afirmou em várias ocasiões que, caso vencesse as eleições, convocaria um referendo para consultar a população sobre uma possível saída francesa do megabloco.

O nacionalismo de Estado, que também pode se manifestar através da aversão ao imigrante e a partir do enaltecimento dos valores nacionais, tem se chocado com as políticas migratórias anunciadas pelo parlamento europeu, consideradas pelos mais conservadores como sendo demasiadamente flexíveis. Caso as tensões permaneçam, mais movimentos de saída do bloco podem se fortalecer e outros países podem seguir o exemplo britânico.

Considerações finais

A existência da União Europeia vem contribuindo consideravelmente para a integridade territorial de alguns Estados membros deste bloco. A ideia de pertencer a uma suposta nação europeia tem se sobreposto aos nacionalismos separatistas. Por se sentirem cada vez mais pertencentes a uma comunidade europeia, os anseios por separação, causados pela falta de sentimento de pertencimento ao Estado no qual estão submetidos, acaba arrefecendo. Além disso, a provável saída do novo Estado (território desmembrado) do megabloco tem provocado dúvidas quanto à viabilidade econômica do processo. Ao que tudo indica, a despeito da atual questão catalã, os ímpetos separatistas tendem a ser controlados com as ameaças de que uma eventual independência impossibilitará ao novo país de permanecer na União Europeia. Da mesma forma, a saída de certos Estados da União Europeia, como é o caso do Reino Unido, pode contribuir para o acirramento da secessão nestes países, na medida em que a independência se torna necessária para que dada região permaneça ou retorne ao bloco.

Apesar dos enormes avanços rumo à unificação europeia, iniciada no pós IIª Guerra Mundial, o contínuo processo de unificação do continente pode estar sendo comprometido pelo fortalecimento dos nacionalismos estatais. Pode ser que nos próximos anos tenhamos uma mudança profunda no mapa político da União Europeia, pois, além dos novos membros que o bloco deve receber, alguns países podem seguir o exemplo britânico e se retirar do megabloco. Na medida em que contextos econômicos e sociais se alteram, também se alteram movimentos políticos, incluindo os de cunho nacionalista. Possivelmente, um cenário de melhora econômica generalizada na Europa contribuirá para o enfraquecimento de tais movimentos. Contudo, uma piora na economia do continente pode ter efeito contrário, reforçando os nacionalismos de Estado e enfraquecendo a União Europeia.

De todo modo, parece que há um sentimento de pertencimento a algo maior que a própria nação – isto é, à comunidade europeia – em boa parte da população europeia, sobretudo entre os mais jovens. Por este e outros motivos, é improvável que haja uma saída em massa de países do megabloco. Pelo contrário, existem alguns países aguardando a aprovação do restante dos membros para iniciarem o

processo de entrada no bloco, como é o caso da Turquia. Neste sentido, mais países devem entrar na União Europeia nos próximos anos e, talvez, até a “fronteira continental” pode estar em via de ser superada.

Referências

- AMARAL, Carlos Eduardo Pacheco. *Do Estado soberano ao Estado das autonomias*. Blumenau: Edifurb, 2002.
- BARBOSA, Jorge Luis. União Europeia: transformações, crises e desafios da integração regional. In: HAESBAERT, Rogério (Org.). *Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo*. Niterói: Editora da UFF, p.87-112, 2013.
- BLANCO VALDÉS, Roberto L. *Los rostros del federalismo*. Madrid: Alianza Editorial, 2012.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *O Estado Federal*. São Paulo: Ática, 1986.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Nação, nacionalismo, Estado. *Estudos Avançados*, v. 22, n.62, p.145-159, 2008.
- FERNÁNDEZ, Luis Moreno. Identificación dual y autonomía política: Los casos de Escocia y Cataluña. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n. 42, p.155-174, 1988.
- HOBSBAWM, Eric John. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- MARTÍN, Araceli Mangas. La secesión de territorios en um estado miembro: efectos en el derecho de la Unión Europea. *Revista de Derecho de la Unión Europea*, n. 25 p.47-68, 2013.
- RIBEIRO, Rita. A nação na Europa: breve discussão sobre identidade nacional, nacionalismo e supranacionalismo. *Cadernos do Noroeste*, n.22, p.85-96, 2004.
- RIBEIRO FILHO, João Costa. *União Europeia: federação ou confederação?* 191f. Dissertação (Mestrado em Dogmática jurídica em direito público) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

Recebido em janeiro de 2018

Publicado em julho de 2018.